ESCOLA: Municipal Maria Ana Ruso
PROFESSOR (A): Cléia Rodrigues
TURMA(S): 8º ano _____
ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: Matutino
ALUNO(A): _____
COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA PERÍODO: 03/11/2020 A 13/11/2020
QUANTIDADE DE AULAS: 04 (04 horas)
OBJETOS DE CONHECIMENTO: Brasil: Primeiro Reinado. Brasil da Regência e Segundo Reinado
HABILIDADES: (EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas. (EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. (EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais. (EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. (EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. (EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. (EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. (EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

Todos os textos são seguidos de atividades, para resolvê-las é necessário: Ler, refletir, interpretar e responder, completar ou assinalar com X, os exercidos pedidos.

Texto 1. Por que o Brasil se tornou uma monarquia?

Logo após a independência, o Brasil organizou-se com uma monarquia. Essa transformação foi praticamente imediata, tanto que, em outubro, d. Pedro foi aclamado imperador e, em dezembro, foi coroado como d. Pedro I. O caso brasileiro foi o único na América do Sul, pois todas as nações sul-americanas que conquistaram a sua independência converteram-se em repúblicas.

No caso da América Latina, houve experiências monárquicas no México e no Haiti, mas em ambos elas foram curtas. O Brasil foi, portanto, o único país na América Latina que teve de maneira consistente e duradoura uma monarquia. Os fatores para isso são variados e o entendimento dos historiadores a respeito é diverso. As historiadoras Lília Schwarcz e Heloísa Starling definem que a opção da monarquia em vez da república no Brasil aconteceu pela junção de três fatores|2|:

Temia-se que a escolha pela república pudesse ter o mesmo efeito que teve na América Espanhola e gerasse fragmentação territorial;

A elite brasileira tinha sido criada na tradição monárquica portuguesa e, portanto, as ideias de república não tinham muita força;

Temia-se que a escolha pela república pudesse causar grandes transformações no status quo.

Outros estudos apontam também que a proximidade geográfica entre as grandes cidades brasileiras (todas litorâneas), a homogeneidade cultural das suas elites e presença da Corte portuguesa no Brasil, entre 1808 e 1822, tenham contribuído para a coesão territorial do Brasil e pelo forte apoio ao modelo monárquico.

Além disso, há que se levar em consideração que a formação cultural e as diferenças nas colônias da América Espanhola eram muito diferentes. As grandes distâncias territoriais entre as maiores cidades, a existência de universidades que possibilitavam a circulação de ideias, as diferenças das elites hispânicas e o enfraquecimento da Coroa espanhola no século XIX foram fatores que contribuíram para que a república ganhasse força nas antigas colônias espanholas.

Texto 2. Principais acontecimentos do Primeiro Reinado

Ao longo de quase nove anos de Primeiro Reinado, importantes acontecimentos passaram-se no Brasil. No aspecto político, a montagem do país passava obrigatoriamente pela elaboração de uma Constituição. Para isso era necessário a convocação de eleição para a escolha de deputados e a formação de uma Assembleia Constituinte.

Constituição de 1824

A Constituinte iniciou seus trabalhos em maio de 1823, e a relação entre deputados e o imperador desgastou-se ao longo desse processo. Isso porque d. Pedro queria a montagem de uma Constituição que centralizasse o poder nele, e os parlamentares defendiam uma monarquia constitucional em que eles realizassem o papel de moderadores do poder imperial.

Os constituintes apresentaram um projeto de Constituição que ficou conhecido como Constituição da Mandioca, mas ele não agradou d. Pedro I. O imperador então mandou tropas cercarem a Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823. A assembleia foi dissolvida e d. Pedro I autorizou que uma nova Constituição fosse elaborada.

Em 25 de março de 1824, a primeira Constituição brasileira foi outorgada. Ela nasceu do autoritarismo de d. Pedro I e seu desejo pela centralização do poder. O documento ficou caracterizado por reforçar o poder do imperador, que era inimputável e tinha poderes acima de todas as outras instâncias por meio do Poder Moderador.

A dissolução da Assembleia Constituinte foi o primeiro ato que fez com que d. Pedro I perdesse influência entre os grandes nomes da política brasileira. A impopularidade do imperador foi aumentando-se conforme ele mantinha o seu caso extraconjugal com a Marquesa de Santos, além disso, dois outros eventos tiveram influência em minar seu poder, os quais serão pontuados a seguir. Para saber mais sobre nossa primeira Carta Magna.

Confederação do Equador

O Nordeste era uma das regiões mais insatisfeitas com o autoritarismo de d. Pedro I, e a dissolução da Assembleia Constituinte gerou um grande ressentimento na região a ponto da Câmara de Olinda anunciar que não reconheceria a Constituição de 1824. Além disso, houve desentendimentos entre a elite pernambucana e o imperador a respeito da nomeação de um governador para a província.

Pernambuco era uma província historicamente marcada por rebeliões e agitação popular. O ressentimento com a forma que d. João VI tinha lidado com a Revolução Pernambucana de 1817 ainda estava vivo, e os desentendimentos com d. Pedro I reacenderam a insatisfação dessa província.

O resultado foi que, em 2 de julho de 1824, teve início a Confederação do Equador, uma rebelião de caráter republicano que ganhou todo o Nordeste. Liderada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade e Frei Caneca, o levante espalhou-se pelo Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Piauí e Maranhão. A violenta reação de d. Pedro I fez com que os rebeldes fossem contidos e muito dos envolvidos fossem executados.

Guerra da Cisplatina

Um dos grandes erros estratégicos de d. Pedro I foi o seu envolvimento em um conflito com as Províncias Unidas do Prata (atual Argentina) pelo controle da Cisplatina — província mais ao sul do território brasileiro naquela época. O governo portenho

incentivou uma rebelião, liderada por Juan Antônio Lavalleja, contra o governo brasileiro.

Brasil e Províncias Unidas entraram em guerra formalmente em dezembro de 1825 (embora a rebelião tenha sido iniciada em abril). A situação econômica brasileira não suportava o envolvimento do país em uma guerra, e o resultado acabou não sendo o esperado pelo imperador. A Guerra da Cisplatina foi desastrosa para o Brasil e para a reputação de d. Pedro I.

O Brasil acumulou derrotas no campo de batalha e sua situação econômica ficou ainda pior. O país precisou aceitar negociações com as Províncias Unidas pelo fim da guerra. Desse acordo, ambos territórios concordaram, em 1828, em reconhecer a independência da Cisplatina sob o nome de República Oriental do Uruguai.

Texto 3. Abdicação de d. Pedro I

A derrota na Guerra da Cisplatina teve um impacto muito negativo na reputação de d. Pedro. Seu estilo centralizador também criou muitos problemas, e, quanto mais acuado ficava, mais ele se aproximava do partido português, seu defensor. Os ânimos já estavam exaltados quando um crítico do imperador foi assassinado.

Em 1830, o jornalista italiano Líbero Badaró foi assassinado nas ruas de São Paulo. Ele era um forte crítico de d. Pedro I e usava o seu jornal O Observador Constitucional para explicitar o autoritarismo do imperador. Em 20 de novembro de 1830, Líbero Badaró foi morto na porta de sua casa, e boatos começaram a acusar o imperador de proteger o mandante do crime.

A situação política era tão tensa que defensores e apoiadores do imperador entraram em confronto físico nas ruas do Rio de Janeiro. Esses embates começaram em 11 de março de 1831 e duraram até o dia 16, ficando conhecidos como Noite das Garrafadas. A situação política ficou muito ruim a partir daí, e d. Pedro I, acuado, abdicou do trono em nome de seu filho, no dia 7 de abril de 1831. Se tiver maior curiosidade sobre esse movimento político, confira: Abdicação de d. Pedro I.

Atividades

1. "Confederação do Equador: Manifesto Revolucionário:
Brasileiros do Norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós, após uma estúpida condescendência com os Brasileiros do Sul, aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-vos. Que desaforado atrevimento de um europeu no Brasil. Acaso pensará esse estrangeiro ingrato e sem costumes que tem algum direito à Coroa, por descender da casa de Bragança na Europa, de quem já somos independentes de fato e de direito? Não há delírio igual (...)."
(Ulysses de Carvalho Brandão. A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. Pernambuco: Publicações Oficiais, 1924).

O texto dos Confederados de 1824 revela um momento de insatisfação política contra a:

a) extinção do Poder Legislativo pela Constituição de 1824 e sua substituição pelo Poder Moderador.
b) mudança do sistema eleitoral na Constituição de 1824, que vedava aos brasileiros o direito de se candidatar ao Parlamento, o que só era possível aos portugueses.
c) atitude absolutista de D. Pedro I, ao dissolver a Constituinte de 1823 e outorgar uma Constituição que conferia amplos poderes ao Imperador.
d) liberalização do sistema de mão de obra nas disposições constitucionais, por pressão do grupo português, que já não detinha o controle das grandes fazendas e da produção de açúcar.
e) restrição às vantagens do comércio do açúcar pelo reforço do monopólio português e aumento dos tributos contidos na Carta Constitucional.

2. Entre as causas da abdicação do trono por parte de D. Pedro I, está:

a) a União Ibérica, entre Portugal e Espanha.
b) revoltas locais, como Revolução Farroupilha.
c) a crise financeira de 1829, que ocasionou o fechamento do Banco do Brasil.
d) a crise de legitimidade pelo não uso do Poder Moderador.
e) o processo de Impeachment protocolado por senadores da época.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Ana Claudia. Araribá mais História. 8º Ano. 1ª Edição. Editora Moderna. São Paulo, 2020.
ORDONEZ, Marlene, Caderno do Futuro – A Evolução do Futuro, História: 6° ano. 3. Edição. Editora IBEP. São Paulo,2013.
https://www.estudopratico.com.br/
https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/historia-geral/independencia-america-espanhola.htm
https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimentos-nativistas/
https://mundoeducacao.uol.com.br/

OBS – Todas as atividades devem ser devolvidas na Escola, devidamente realizada, com o nome do aluno e a turma que ele frequenta.